

Mulheres, raça, trabalho e Educação do Campo durante a pandemia de Covid-19

 Andrea Francine Batista¹,  Carolina Orquiza Cherfem²,  Maria Eloa Gehlen³

¹ Universidade Federal do Paraná - UFPR. Câmara de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO). Rua Jaguariaíva, 512. Bairro Caiobá. Matinhos-PR. Brasil. ² Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. ³ Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

RESUMO: Este artigo é fruto de uma pesquisa interinstitucional denominada “Educação e Escolas do campo em tempos de pandemia de COVID-19”, que iniciou durante o ano de 2020. A investigação foi efetuada de forma quantitativa, com a aplicação de questionários com estudantes e egressos dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Pedagogia da Terra e Pedagogia Indígena. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas qualitativas de modo virtual (*online*). Buscamos apresentar um esboço analítico a partir dos dados coletados nessa pesquisa, especialmente nas intersecções entre classe, mulher, raça, trabalho e educação do campo. Embora não tenham sido a centralidade da investigação, ela apontou uma série de dados que saltaram da vida concreta dessas mulheres e necessitavam de uma análise mais sistematizada. Para apresentação desse debate, o artigo enfatizou três grandes temas, a saber: Mulheres, Classe e Raça e Etnia, por meio do perfil das mulheres que participaram da pesquisa; Trabalho, Gênero e Raça na Educação do Campo durante a pandemia; e os impactos da pandemia para a mulher na Educação do Campo. Entre os resultados principais destaca-se maior presença de mulheres e pessoas negras engajadas na Educação do Campo, sendo que a maior parte delas são mães. Entre os principais impactos que essas mulheres sofreram em suas vidas destacam-se o aumento de trabalho, a diminuição da renda e a dedicação aos estudos delas e dos filhos durante a pandemia, o que se deu de modo precário para grande parte delas.

Palavras-chave: mulheres, raça, trabalho, pandemia, educação do campo.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e18525	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Women, race, work, and Rural Education during the Covid-19 pandemic

ABSTRACT. This article is the result of an interinstitutional research entitled “Education and Rural Schools in times of the COVID-19 pandemic” that began during 2020. We performed the research through a quantitative approach, with the application of questionnaires with students and former students from the courses of Rural Education, Pedagogy of Land and Indigenous Pedagogy. After this first moment, we developed online qualitative interviews. We seek to present an analytical outline based on the data collected, especially at the intersections between class, women, race, work and rural education. Although it was not the centrality of the investigation, it pointed out a series of data that came from the concrete lives of these women and required a more systematic analysis. To present this debate, the article emphasized three major themes, namely: Women, Class, Race and Ethnicity through the profile of the women who participated in the research; Work, Gender and Race in Rural Education during the pandemic; and the impacts of the pandemic on women in Rural Education. Among the main results, there is a greater presence of women and black people engaged in Rural Education, most of whom are mothers. Among the main impacts that these women suffered in their lives, the increase in work, decreased income and dedication to their studies and their children during the pandemic stand out, which was precarious for most of them.

Keywords: women, class, race, pandemic, rural education.

Mujeres, raza, trabajo y Educación Rural durante la pandemia de Covid-19

RESUMEN. Este artículo es resultado de una investigación interinstitucional denominada “Educación y Escuelas Rurales en tiempos de la pandemia COVID-19” iniciada durante el año 2020. La investigación se efectuó de modo cuantitativo, con la aplicación de encuestas con estudiantes y egresados de las carreras de Licenciatura en Educación del Campo, Pedagogía de la Tierra y Pedagogía Indígena. En un segundo momento, se realizaron entrevistas cualitativas en modo virtual (en línea). Buscamos presentar un esquema analítico a partir de los datos recolectados, especialmente en las intersecciones entre clases, mujeres, raza, trabajo y educación rural. Si bien no fue la centralidad de la investigación, sí señaló una serie de datos que provenían de la vida concreta de estas mujeres y requerían un análisis más sistemático. Para presentar este debate, el artículo enfatizó tres grandes temas, a saber: Mujer, Clase, Raza y Etnicidad a través del perfil de las mujeres que participaron de la investigación; Trabajo, Género y Raza en la Educación Rural durante la pandemia; y los impactos de la pandemia en las mujeres de la Educación Rural. Entre los principales resultados, hay mayor presencia de mujeres y personas negras involucradas en la Educación Rural, la mayoría de las cuales son madres. Entre los principales impactos que sufrieron estas mujeres en sus vidas destacan el aumento del trabajo, la disminución de ingresos y la dedicación a sus estudios y a sus hijos durante la pandemia, que fue precaria para la mayoría de ellas.

Palabras clave: mujeres, clase, raza, pandemia, educación rural.

Introdução

Quando a pandemia de Covid-19 foi decretada, em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), foi consolidada uma série de medidas para contenção do vírus. Algumas foram instituídas por órgãos públicos em nível municipal, estadual, nacional ou mundial, e outras ainda foram frutos da auto-organização de comunidades em seus territórios para a prevenção da expansão do contágio.

No Brasil, a expansão da doença começa a ocorrer mais intensamente a partir do mês de março de 2020, o que levou à instauração de um longo período de isolamento social, que findou por completo apenas no início do ano de 2022. Essa medida, estabelecida através da Portaria M.S. nº. 188/2020, pelo Ministério da Saúde, foi polêmica diante de um contexto de tensões políticas e econômicas que se agravavam desde o *impeachment* de Dilma Rousseff (2010-2016), com consecutivos cortes nos investimentos em serviços públicos. A Emenda Constitucional 95 (dezembro de 2016), por exemplo, delineou um “teto de gastos públicos” durante o governo de Michel Temer (2016-2018) que materializou cortes de recursos principalmente para a educação e para a saúde.

Diante da aceleração de uma política econômica “ultra neoliberal” durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), a pandemia de Covid-19 evidenciou com maior precisão as consequências desse programa para a população. Somados à circulação de notícias falsas sobre o uso da *hidroxicloroquina* para a prevenção do contágio, estão a negação do uso de máscaras de proteção individual e o protelamento da compra de insumos para a produção da vacina, o que atrasou a imunização coletiva e a negação da ciência e provocou uma série de desastres na saúde pública, impulsionando um acumulado de 703.719 óbitos pela doença até a data de 22 de junho de 2023. O adoecimento em massa da população levou à superlotação de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), ocasionando a falta de oxigênio e consequentes mortes. Diferentes estudos indicaram que a população periférica negra, principalmente as mulheres, morreu mais de Covid-19 do que outros grupos (mulheres brancas e homens brancos e negros).

Essa situação, agravada pela perda de emprego de grande parte da população, pela diminuição de renda familiar para subsistência e pelo desmantelamento dos direitos trabalhistas e previdenciários, potencializou as discrepâncias sociais no Brasil, sem dúvida alguma marcadas pelas relações de classe, gênero e raça.

Essas consequências tiveram uma configuração singular para camponeses e para os povos indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadores, entre outras comunidades tradicionais. Houve o desmonte de políticas públicas específicas que atendiam essa população como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como o esfacelamento de órgãos públicos como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Fundação Palmares e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério de Educação e Cultura.

A devastação ambiental foi outra marca histórica que convergiu com o tempo pandêmico e segue revelando consequências. Fruto do desenfreado desmatamento, da mineração (garimpo ilegal) em terras indígenas, da liberação de mais de uma centena de agrotóxicos para as monoculturas, contaminando inclusive os rios e nascentes, articula-se com a liberação do porte de armas para produtores rurais, com o aumento de assassinatos e atentados contra a vida de indígenas, com o fechamento de turmas e escolas do campo e com a criminalização dos movimentos sociais, condicionando novas proporções dos conflitos no campo.

Nesse sentido, os impactos da pandemia junto aos camponeses e povos tradicionais abriu uma força centrípeta aos conflitos sociais e ambientais que essas comunidades já vivenciavam com o rumo das políticas governamentais. É fundamental destacar que as comunidades com maior nível de organização estabeleceram protocolos internos de autocuidado, pois muitas delas já vinham de um acesso restrito à saúde pública. Além disso, movimentos populares produziram ações de solidariedade para com as periferias urbanas, com a doação de alimentos orgânicos *in natura*, organização de cozinhas comunitárias e produção de marmitas para a população mais carente ou em situação de rua.

Em meio a esse turbilhão, é importante destacar o quão intenso foi o trabalho das mulheres do campo: os trabalhos domésticos, a produção de hortaliças e plantas medicinais e o manejo dos pequenos animais somaram-se aos cuidados com os doentes, com os mais idosos, com o processo de aprendizagem dos filhos que permaneceram em casa com os estudos remotos, entre tantos outros. Algumas delas, ainda, cursando graduação ou trabalhando em escolas do campo – tema que atravessou este estudo.

O período de isolamento social exigiu uma justaposição de familiares que necessitaram passar pelo isolamento numa mesma casa, ou ainda de famílias numa mesma comunidade, como o caso de acampamentos, ocupações ou outras formas coletivas de vida comunitária.

Este artigo é fruto de uma pesquisa interinstitucional denominada “Educação e Escolas do campo em tempos de pandemia de COVID-19”, que iniciou durante o ano de 2020, assim que decretado o isolamento social para contenção de contágio pelo vírus. A pesquisa em questão foi realizada de modo quantitativo, por meio da aplicação de questionários com estudantes e egressos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Pedagogia da Terra e Pedagogia Indígena. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas de modo virtual (*online*), em razão da Pandemia da Covid-19, com um roteiro pré-determinado¹. A pesquisa foi coordenada pelas universidades que participam da Rede Latino-Americana de Estudos e Pesquisas Marxistas em Educação do Campo (UFSC, UFPR, UFFS, UFRB, UNICENTRO).

Nesse contexto, buscamos apresentar neste artigo um esboço analítico a partir dos dados coletados na investigação supracitada, especialmente nas intersecções entre classe, mulher, raça, trabalho e educação do campo. Embora não tenha sido a centralidade da investigação, ela apontou uma série de dados que saltaram da vida concreta dessas mulheres e que necessitavam de uma análise mais sistematizada.

Para apresentação dos dados e das principais questões sistematizadas e analisadas, organizamos este artigo em três partes. Na primeira delas, denominada “Mulheres, Classe, Raça e Etnia: interseccionalidade / consubstancialidade na luta pelo direito à Educação do Campo”, buscamos apresentar o perfil das mulheres que participaram da pesquisa, relacionando várias categorias empíricas que se destacaram na aplicação dos questionários e das entrevistas. Na segunda parte, denominada “Trabalho, Gênero e Renda na Educação do Campo durante a Pandemia”, apontamos as mediações entre essas categorias que se expressaram na pesquisa de campo. Na terceira e última parte, denominada “Impactos da Pandemia para a mulher na Educação do Campo”, relacionamos informações sobre acesso à Internet, relação com as escolas do campo e mudanças que ocorreram na vida das mulheres.

Mulheres, classe, raça e etnia: interseccionalidade / consubstancialidade na luta pelo direito à Educação do Campo

Como resultado do levantamento de dados durante a pesquisa denominada “Educação e Escola do Campo durante a pandemia de Covid-19”, percebemos que a grande maioria das participantes, fossem egressas ou estudantes, eram mulheres. Nesse sentido, a questão de gênero despontou como uma importante categoria empírica a ser analisada. Outro marcador importante esteve relacionado à cor: a grande maioria declarou-se parda ou preta, o que apontou à necessidade de observar atentamente a questão racial. Mais um marcador relevante foi a participação de representantes de vários povos indígenas, o que indicou a necessidade de vislumbrar a diversidade de identidades que estão expressas no campo e que estão engajadas na luta pela Educação do Campo.

Tendo em vista o sobressalto desses dados empíricos, para identificar e correlacionar essas dimensões (ou marcadores), buscamos fazê-lo desde as perspectivas analíticas da interseccionalidade e da consubstancialidade. Elas convergem na correlação entre os diferentes aspectos que marcam desigualdades e sistemas de opressão, entretanto, divergem quanto aos seus fundamentos.

Enquanto a perspectiva da interseccionalidade busca articular múltiplos fatores de identidade, múltiplas categorias de análise, a segunda busca correlacionar um conjunto de diferentes relações sociais num só movimento. A primeira busca entrecruzar diversos marcadores que envolvem classe, gênero, raça, sexualidade, idade, entre muitos outros, e a segunda busca analisar a realidade de exploração e opressão como uma composição de diferentes relações sociais que, mesmo distintas, possuem a mesma substância e coexistem na luta de classes (Garcia, 2022).

A interseccionalidade deriva da larga experiência do feminismo negro estadunidense que buscava articular classe, raça e gênero, sendo marcada pelo pensamento de Ângela Davis (EUA, 1944) e Bell Hooks (EUA, 1952). Ainda visa articular esses marcadores com a sexualidade, como a experiência do Coletivo *Combahee River* (EUA, década de 1970). No Brasil, a experiência do feminismo negro na busca por evidenciar a relação gênero, classe e raça está presente no pensamento de Lélia Gonzales (1984) e Sueli Carneiro ou, ainda, Luiza Bairros, quando na relação com a orientação sexual. Entretanto, o conceito de interseccionalidade nasce apenas na década de 1980 com Kimberlé Crenshaw (EUA, 1959), a

partir da teoria crítica do Direito, envolvendo o esforço de Patrícia Hill Collins (EUA, 1948) na construção de uma definição, de um conceito que pudesse tratá-lo como uma ferramenta analítica com implicações na luta feminista. Portanto, a interseccionalidade é recente e bastante difundida na academia. Pode ser definida por “um encontro de categorias de subordinação”, de identidades (Garcia, 2022, p. 114).

Já a consubstancialidade é uma perspectiva analítica que vem do feminismo marxista francês do final da década de 1970. Daniele Kergot (França, 1942) busca articular sexo, classe social e, mais tarde, a questão racial, a partir da divisão social e sexual do trabalho. Elizabeth Souza Lobo (Brasil, 1943) e Heleieth Safiotti (Brasil, 1934-2010) foram brasileiras que construíram análises a partir dessa fundamentação. Sua premissa indica que “gênero, raça e classe são relações sociais, e sobretudo, relações do tipo de produção, nas quais o conflito é central” (Garcia, 2022, p. 112). São relações históricas e, portanto, estruturais, mas ao mesmo tempo dinâmicas. Em unidade, embora diferentes, elas coexistem na luta de classes. Nessa perspectiva, “são as relações sociais de determinado tempo histórico que definem a opressão, dominação e exploração sobre os sujeitos” (Garcia, 2022, p. 114-115).

Não aprofundamos aqui as diferenças presentes nesse debate e buscamos sistematizar os dados da pesquisa, a fim de fazermos esse movimento de registro de dados a partir das categorias empíricas e de análises que procuram evidenciar as relações sociais de gênero, raça e classe em coexistência, demarcando as profundas desigualdades pelas quais as mulheres do campo, das águas e das florestas, em sua luta pela Educação do Campo, vivenciaram durante o período pandêmico de Covid-19.

Mulheres: espacialização e formação profissional

Os primeiros dados que destacamos se referem ao número de participantes, à localização espacial de suas residências, bem como aos cursos de formação dos quais participam como estudantes ou participaram como egressas. Identificamos que do total de **645** participantes da pesquisa, no momento da coleta de dados através da aplicação de questionário (2020-2021), **447** respondentes eram mulheres. Destas, **186** eram egressas e **261** eram estudantes de alguma graduação caracterizada pela formação de educadores, especialmente nas Licenciaturas em Educação do Campo. É importante destacar que esse número não indica a totalidade de egressas e graduandas nesses cursos, e sim apenas o número relativo à participação na

pesquisa a partir de sua ampla divulgação junto a instituições universitárias e redes sociais de estudantes e egressos.

Ao observarmos a tabela abaixo, é possível identificar que o maior número tanto de participantes em geral como de mulheres foi da região Sul, seguida pela região Nordeste.

Tabela 01 – Participantes da pesquisa por região / Estado de residência.

Região do País	Estado / Número Total de Participantes / Número de Mulheres										Totais	
	BA		MA		PE		PI		RN			
Nordeste	Total	Mulh	Total	Mulh	Total	Mulh	Total	Mulh	Total	Mulh	Total	Mulh
	133	104	03	01	05	07	02	02	01	01	144	115
	DF		GO		MS		MT				Total	Mulh
Centro-Oeste	Total	Mulh	Total	Mulh	Total	Mulh	Total	Mulh	--	--	Total	Mulh
	05	04	14	10	16	12	05	03	--	--	40	29
	ES		MG		SP						Total	Mulh
Sudeste	Total	Mulh	Total	Mulh	Total	Mulh	--	--	--	--	Total	Mulh
	13	06	12	09	32	19	--	--	--	--	57	34
	PA		RO		TO						Total	Mulh
Norte	Total	Mulh	Total	Mulh	Total	Mulh	--	--	--	--	Total	Mulh
	53	40	06	04	08	06	--	--	--	--	67	50
	PR		RS		SC						Total	Mulh
Sul	Total	Mulh	Total	Mulh	Total	Mulh	--	--	--	--	Total	Mulh
	246	167	08	07	72	45	--	--	--	--	326	219
											07	0
NI (Não Informou)											07	0
Total geral											645	447

Fonte: Organização das autoras a partir dos dados empíricos coletados.

Esses dados indicam maior presença de mulheres participando em cursos de formação profissional vinculados à Educação do Campo. Quanto aos cursos, a maior parte das mulheres, egressas ou estudantes durante o período da pesquisa, eram da Licenciatura em Educação do Campo (391), da Pedagogia para Educadores do Campo (31), da Pedagogia Indígena (12), da Pedagogia da Terra (08) e de outros cursos (05). Ao que se refere às áreas de conhecimento dos cursos de Licenciatura em Educação do campo, podemos citar: Ciências Agrárias (101), Ciências da Natureza (90), Ciências da Natureza e Matemática (52), Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias (07), Ciências da Natureza e Ciências Agrárias (32), Ciências Humanas e Sociais (68), Linguagens (34) e Matemática (07).

Quanto às instituições universitárias que participaram do processo de pesquisa, foram ao total 32, sendo que as dez universidades com maior número de participação foram: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) (128), Universidade Federal do Paraná (UFPR) (93), Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) (91), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (68), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) (55), Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) (54), Universidade Federal do Pará (UFPA) (51), Universidade de Brasília (UNB) (16), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (10), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (8). A Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AESA/PE) também contaram com a participação de 8 pessoas cada uma. Abaixo, segue uma tabela de síntese do número de participantes de cada instituição, dando destaque ao número de mulheres.

Tabela 02 – Participantes da pesquisa por instituição.

Instituição / Estado	Total de Participantes	Mulheres participantes	Instituição / Estado	Total de Participantes	Mulheres participantes
AESA-PE	8	6	UFRGS-RG	5	4
IFSULDEMINAS-MG	3	1	UFSC-SC	68	43
UEM-PR	8	8	UFT-TO	6	3
UFBA-BA	5	2	UFTM-MG	1	1
UFERSA-RN	1	1	UFV-MG	2	1
UFES-ES	2	1	UFVJM-MG	4	4
UFFS-PR/SC	91	54	UNB-BSB	16	12
UFG-GO	6	2	UNEB-BA	8	05
UFGD-MS	10	9	UNEMAT-MT	02	02
UFMA-MA	2	1	UNICENTRO-PR	54	36
UFMG-MG	1	1	UNIFESSPA-PA	02	02
UFNT-TO	2	2	UNIJUÍ-RS	1	1
UFPA-PA	51	38	UNIOESTE-PR	55	37
UFPI-PI	2	2	UNIPAMBA-RS	1	1
UFPR-PR	93	62	UNIR-RO	6	4
UFRB-BA	128	100	UFPE-PE	1	1
			TOTAL	645	447

Fonte: Organização das autoras a partir dos dados empíricos coletados.

Esses dados demonstram alguns indicadores importantes para nossa análise. O primeiro deles está relacionado à tendência de maior participação de mulheres em cursos de formação profissional vinculados à Educação. Historicamente, podemos observar que as mulheres ingressam tardiamente na educação, e ainda com direcionamento para uma formação voltada aos cuidados. Cabe destacar aqui que, nessa trajetória, foram hegemonicamente as mulheres das famílias mais abastadas que tiveram acesso à educação.

A participação das mulheres no ensino superior no Brasil foi permitida apenas em 1879 (Decreto Lei No. 7.247/1879), mas a primeira a ingressar na universidade foi em 1887, no curso de Medicina (Rita Lobato). No Paraná, Maria Falce de Macedo foi a primeira mulher a se formar em Medicina em 1919. Em relação às mulheres negras, os registros marcam que, em 1926, Maria Rita de Andrade obteve o título de bacharel em Direito na Bahia. No Paraná, Enedina Alves Marques foi a primeira negra a se formar em Engenharia Civil pela UFPR. Sobre as mulheres indígenas, a primeira a receber o título de doutora data do ano de 2006 (Ribeiro & Vieira, 2023).

Ribeiro e Vieira (2023) sistematizaram os dados de ingresso de mulheres no ensino superior, entre as décadas de 1940 e 1980, a partir dos censos demográficos. Os dados indicam que na década de 1940, de uma população de 20.622.277 mulheres, 11.387.235 não sabiam ler e escrever, e eram apenas 7.639 mulheres entre as 40.294 pessoas que se encontravam no ensino superior. Na década de 1960, de uma população de 35.131.824 mulheres, 14.600.131 não sabia ler e escrever, e de um total de 56.970 pessoas que cursavam o ensino superior, apenas 14.326 eram mulheres. Na década de 1970, de uma população de total de 46.586.897 mulheres, 16.126.464 não sabiam ler e escrever, e de um total de 607.688 pessoas no ensino superior, 258.020 eram mulheres. Na década de 1980, de uma população de 59.879.345 mulheres, 16.830.488 não sabiam ler e escrever, e de um total de 1.325.808 pessoas no ensino superior, 652.175 eram mulheres. A partir da década de 1970 há um aumento significativo de mulheres ingressando no ensino superior.

Esses dados históricos indicam a dimensão estrutural da desigualdade no acesso das mulheres à educação. Infelizmente não temos os dados sistematizados sobre o percurso de ingresso das mulheres do campo no ensino superior, o que seria um importante estudo na historização desse tema. Camponesas, quilombolas, indígenas, caiçaras e mulheres de outras comunidades tradicionais tiveram, e ainda têm uma trajetória desigual no acesso à educação pública em relação às mulheres da classe trabalhadora das cidades, sejam grandes centros urbanos ou cidades pequenas interioranas.

No caso das mulheres que participaram desta pesquisa, caberiam algumas perguntas que não são possíveis de serem respondidas através dos dados obtidos, mas que destacamos aqui como parte de reflexões. A opção das mulheres do campo pelos cursos de licenciatura é pela proximidade com a perspectiva de atuação profissional? Ou seria pelo método de alternância e itinerância que contribui para conjugar o trabalho, a vida da unidade familiar camponesa e o

estudo? (Todos os cursos que participaram da pesquisa são caracterizados por esse método). Ou ainda seria pela opção mais próxima de curso de graduação, tendo em vista que a grande maioria deles funcionam em unidades interiorizadas (parte da política de expansão do ensino superior estimulada durante o governo do Partido dos Trabalhadores)? Se observarmos as áreas de conhecimento vinculadas às licenciaturas, podemos interpretar que a grande maioria está vinculada às Ciências da Natureza, Ciências Agrárias e Matemática, seguidas por Ciências Sociais e Humanas e posteriormente Linguagens. O que não significa exatamente que houve uma opção por essas áreas de conhecimento, tendo em vista que muitos desses cursos interiorizados tinham tais áreas como as únicas opções.

Quanto ao local de moradia, foram indicados: a) Sítio ou Imóvel Rural (141 mulheres); b) Casa em área urbana (100 mulheres); c) Assentamento da Reforma Agrária (84 mulheres); d) Terra Indígena (37 mulheres); e) Quilombo (34 mulheres); f) Praia, Ilha ou região estuarina (18 mulheres); g) Acampamento da Reforma Agrária (13 mulheres); h) Apartamento em área urbana (08 mulheres); i) outro (07 mulheres); j) Ocupação em área urbana (03 mulheres); l) Moradia Estudantil (02 mulheres).

Diante disso, é possível observar a relevância da Educação do Campo para contribuir com o ingresso de mulheres historicamente em situação de opressão na universidade.

Mulheres: Cor e Identidade

Os dados levantados no processo de pesquisa indicam que das 447 mulheres, a grande maioria se declarou parda ou preta. Foram 132 “brancas”, sendo a grande maioria do Paraná; 8 “amarelas”; 36 “indígenas”, das quais 35 paranaenses e uma de Goiás; 129 “pardas”, sendo a maioria dos estados da Bahia e Paraná; e 142 “pretas”, sendo a grande maioria da Bahia.

Quanto aos marcadores relativos à identidade, entre as tantas expressões que existem no campo, foram: 141 agricultoras familiares; 83 agricultoras em áreas de Reforma Agrária; 04 mulheres de comunidades de Fundo de Fecho de Pasto; 44 quilombolas; 36 mulheres indígenas; 12 pescadoras; 05 caiçaras; 83 urbanas; e 34 de outras identidades. Entre as mulheres que se identificaram como urbanas, é importante destacar que sua grande maioria se refere a municípios interioranos, que muitas das vezes têm uma economia em torno da agricultura. Em menor número, há presença também de estudantes moradoras de periferias das cidades.

Nos estados do Nordeste do Brasil, a grande maioria se reconhece como parda ou preta e carrega a identidade da agricultura familiar. Na região Centro-Oeste, marcadamente preta, parda ou branca, com a principal identidade de áreas de Reforma Agrária. Na região Sudeste, a maioria preta, parda ou branca, com identidade da agricultura familiar e de áreas de Reforma Agrária. Na região Norte, a maioria preta ou parda, com expressiva identidade de agricultura familiar ou outra identidade. Na região Sul, a maioria branca, parda ou indígena, expressivamente com identidade na agricultura em áreas de Reforma Agrária, agricultura familiar e indígena. O detalhamento dos dados encontra-se na tabela abaixo.

Tabela 03 - Mulheres: Cor e Identidade.

Região	U.F	Tot	Cor					Identidade									
			A	B	I	Pa	Pr	Agr. FA.	Agr. R.A.	C.F.P.	Qui	Ind	Pes	Caicç	Urb	Out	
Nordeste	BA	104	03	05	0	36	60		62	09	02	14	0	02	0	12	03
	MA	01	0	0	0	01	0		0	0	0	0	0	0	0	01	0
	PE	07	0	02	0	03	02		02	0	0	02	0	0	0	01	02
	PI	02	0	0	0	02	0		01	0	0	0	0	0	0	0	01
	RN	01	0	0	0	0	01		0	01	0	0	0	0	0	0	0
		115	03	07	0	42	63		65	10	02	16	0	02	0	14	06
Centro-Oeste	DF	04	0	01	0	01	02		01	02	0	0	0	0	0	0	01
	GO	10	0	0	01	02	07		01	03	0	05	1	0	0	0	0
	MS	12	0	05	0	05	02		0	09	0	0	0	0	0	01	02
	MT	03	0	0	0	01	02		0	02	0	0	0	0	0	01	0
		29	0	06	01	9	13		02	16	0	5	1	0	0	02	03
Sudeste	ES	06	0	01	0	04	01		03	02	0	0	0	0	0	01	0
	MG	09	0	0	0	05	04		05	01	0	0	0	0	0	0	03
	SP	19	01	06	0	03	09		07	05	01	04	0	0	02	0	0
		34	01	07	0	12	14		15	08	01	04	0	0	02	01	03
Norte	PA	40	01	02	0	14	23		15	0	0	07	01	04	0	03	10
	RO	04	0	0	0	02	02		02	02	0	0	0	0	0	0	0
	TO	06	0	0	0	03	03		04	0	0	0	0	0	0	02	0
		50	01	02	0	19	28		21	02	0	07	01	04	0	05	10
	PR	167	02	75	35	38	18		25	43	0	11	36	06	03	34	09

Sul	RS	07	0	04	0	02	01		01	01	0	0	0	0	0	02	03
	SC	45	01	32	0	07	05		12	03	01	01	0	0	0	26	02
		219	03	110	35	47	24		38	47	01	12	36	06	03	62	14
	Total Geral	447	08	132	36	129	142		141	83	04	44	38	12	05	84	36

Fonte: Organização das autoras a partir dos dados empíricos coletados.

Legenda:

Cor		Identidade				
A	Amarela	Agr. FA.	Agricultora Familiar		Pes	Pescadoras
B	Branca	Agr. R.A.	Agricultora em áreas de Reforma Agrária		Caïç	Caïças
I	Indígena	C.F.P.	Comunidade de Fundo/Fecho de Pasto		Urb	Urbanas
Pa	Parda	Qui	Quilombolas		Out	Outras
Pr	Preta	Ind	Indígenas			

Entre as mulheres indígenas, destacamos que 27 se declararam do povo Kaingang, 03 são Guaranis, 01 do povo Awá-Guarani, 04 Guarani Mbya e 01 Xetá. Todos esses povos indígenas foram extremamente impactados pelo processo de colonização nos marcos da acumulação primitiva de capital e pelas dinâmicas socioterritoriais do desenvolvimento capitalista. É importante destacar que o povo Xetá, último a entrar em contato com não indígenas, na década de 1950, foi praticamente dizimado, havendo registros de apenas 08 sobreviventes dispersos no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no ano de 1999. Atualmente são 69 Xetás autodeclarados no Paranáⁱⁱ.

Ao cruzarmos os dados de idade com a identidade de gênero e cor, podemos observar que a grande maioria das mulheres que participaram da pesquisa está na faixa etária entre 21 e 40 anos. No quesito faixa etária e cor, podemos perceber que: a) a grande maioria das mulheres brancas tem entre 21 e 40 anos; b) a grande maioria das mulheres indígenas tem entre 21 e 30 anos; c) a grande maioria das mulheres pardas tem entre 15 e 40 anos; e d) a grande maioria das mulheres pretas tem entre 21 e 40 anos de idade.

Tabela 04 – Idade, identidade de gênero e cor.

Idade	Identidade de Gênero			Cor				
	Feminino	Não Binário	Não informou	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
De 15 até 20 anos	54		01	02	07	08	21	16
De 21 até 30 anos	211	01		02	56	23	56	74
De 31 até 40 anos	119			02	39	04	39	35
De 41 até 50 anos	45			01	21	01	07	15
De 51 até 60 anos	17			01	09	00	05	02

De 61 até 70 anos	01			00	00	00	01	00
Totais	447	01	01	08	132	36	129	142

Fonte: Organização das autoras a partir dos dados empíricos coletados.

Esses dados indicam que as políticas públicas para formação de professores do campo, quando se referem às mulheres, têm atingido especialmente a faixa etária entre 21 e 40 anos, especialmente mulheres pretas e pardas (226), brancas (179) e indígenas (27). Essas políticas públicas, que foram enfatizadas especialmente entre os anos de 2014 e 2016, foram essenciais para o acesso da população do campo no ensino superior. Uma população que em sua maioria é preta ou parda.

Mulheres: Idade, Filhos e Acompanhamento Escolar

Mais da metade das mulheres estudantes ou egressas dos cursos que participaram da investigação tem filhos, ou seja, 228 ao total, das quais a grande maioria tem filhos na faixa etária de 02 a 14 anos. Foram 124 mulheres que indicaram ter filhos em idade escolar, cursando o ensino fundamental (fases I e II). Informaram não ter filhos 219 participantes.

Tabela 05 – Idade, identidade de gênero e cor.

Região do País	Estado	Mulheres	Idade					Filhos		Idade Filhos (podendo ter mais de um filho com idades diferentes)				
			15 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 51 anos	Não	Sim	Menos de 01 ano	02 a 06 anos	07 a 14 anos	15 a 18 anos	Acima de 18 anos
Nordeste	BA	104	22	58	18	05	01	78	26	04	08	15	03	02
	MA	01	0	0	01	0	0	0	01	0	01	0	0	0
	PE	07	0	01	04	02	0	04	03	01	02	01	0	0
	PI	02	0	01	0	01	0	0	02	0	0	02	0	01
	RN	01	0	01	0	0	0	0	01	0	01	0	0	0
		115	22	61	23	08	01	82	33	05	12	18	03	03
Centro-Oeste	DF	04	01	01	02	0	0	01	03	0	02	02	0	0
	GO	10	01	06	02	01	0	06	04	0	02	03	0	01
	MS	12	0	04	07	01	0	03	09	0	03	07	03	02
	MT	03	0	01	0	02	0	01	02	0	01	02	02	02
		29	02	12	11	04	0	11	18	0	8	14	05	05
Sudeste	ES	06	0	01	04	01	0	03	03	0	0	01	01	02

	MG	09	0	03	05	01	0		03	06		0	01	09	03	0
	SP	19	04	08	03	03	01		12	07		0	07	04	0	04
		34	04	12	12	05	01		18	16		0	08	14	04	06
Norte	PA	40	05	20	12	02	01		19	22		02	08	14	06	04
	RO	04	0	02	01	0	01		01	02		0	01	03	01	0
	TO	06	01	01	04	0	0		02	04		0	02	03	02	0
		50	06	23	17	02	02		22	28		02	11	20	09	04
Sul	PR	167	18	83	40	18	08		65	102		10	58	42	18	20
	RS	07	0	01	04	01	01		03	04		0	02	01	02	01
	SC	45	02	19	12	07	05		18	27		04	09	15	01	08
		219	20	103	56	26	14		86	133		14	69	58	21	29
	Total geral	447	54	211	119	45	18		219	228		21	108	124	42	47

Fonte: Organização das autoras a partir dos dados empíricos coletados.

Deste modo, a análise dos dados do perfil dos e das participantes da pesquisa, com ênfase nas categorias de gênero, classe, raça e etnia, revelam que a Educação do Campo apresenta um papel importante para a inclusão de mulheres no ensino superior, com destaque para a presença de mulheres negras e de mulheres mães, contribuindo diretamente para a busca de superação das desigualdades sociais vivenciadas por esses grupos. Na sequência deste artigo poderemos visualizar alguns dados que nos ajudam a compreender o modo como essas mulheres enfrentaram a pandemia e como o cruzamento de gênero e raça torna a situação de classe por elas vivenciada muito mais complexa.

Trabalho, gênero, renda e Educação do Campo na pandemia

Em relação à dimensão do trabalho, é importante destacar que 102 mulheres indicaram estar trabalhando por mais tempo durante o período de isolamento social. Essas respostas nem sempre foram acompanhadas por outros indicativos de trabalho, por exemplo, o cuidado com as pessoas moradoras da casa (78 mulheres) e o acompanhamento das atividades escolares dos filhos ou crianças residentes na casa (114 mulheres). Nesses casos é importante refletir que em algumas circunstâncias essas duas ações não foram consideradas como trabalho. Contudo, durante a pesquisa também foram realizadas algumas entrevistas

qualitativas, nas quais foi observado que, no aumento das atividades de trabalho das mulheres, o trabalho doméstico e de cuidado podia ser considerado.

A constatação da não consideração dos afazeres domésticos como um trabalho silenciou e tornou invisíveis, por muito tempo, as relações de poder entre os homens e as mulheres. Como as atividades domésticas, na maioria das vezes, são baseadas nos vínculos de casamento, união estável e reciprocidades parentais, as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ficavam subentendidas na cumplicidade familiar, que reservava às mulheres o amor e o cuidado à família, e ao homem a provisão financeira (Hirata & Kergoat, 2007).

De modo assertivo, Hirata e Kergoat (2007) afirmam que, nas sociedades salariais, se o trabalho doméstico for suprimido, todas as demais relações desmoronam, pois, a divisão sexual do trabalho está no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres. É conveniente, nesta sociedade patriarcal, que as mulheres não considerem e não se deem conta de ser o trabalho doméstico não remunerado aquele que dá sustentação a todas as outras formas de labor.

Se, de um lado, o trabalho das mulheres aumentou durante a pandemia, de outro, não houve aumento da renda das mulheres, o que também é mais um indicativo de que o trabalho delas aumentou, considerando-se o trabalho doméstico e de cuidado. A tabela abaixo revela os dados em relação aos rendimentos das mulheres.

Tabela 06 – Rendimento mensal.

	Feminino		Masculino	
	Contagem	Porcentagem	Contagem	Porcentagem
Acima de R\$10.000,00	2	0,31%	2	0,31%
Não tenho rendimento	13	2,02%	5	0,78%
R\$ 501,00 a R\$1.000,00	128	19,84%	42	6,51%
R\$1,00 a R\$500,00	72	11,16%	31	4,81%
R\$1.001,00 a R\$2.000,00	101	15,66%	51	7,91%
R\$2.001,00 a R\$3.000,00	73	11,32%	30	4,65%
R\$3.001,00 a R\$5.000,00	49	7,60%	25	3,88%
R\$5.001,00 a R\$10.000,00	9	1,40%	9	1,40%
Total geral	447	69,30%	195	30,23%

Fonte: Organização das autoras a partir dos dados empíricos coletados.

Na questão dos rendimentos, o salário mínimo em 2020 era um total de R\$1.039,00 (hum mil e trinta e nove reais). Pela tabela acima é possível verificar que 72 mulheres

referendaram receber rendimentos de R\$1,00 a R\$500,00, um percentual de 11,16%. Além dessas, 128 mulheres declararam receber proventos de R\$501,00 a R\$1.000,00 pelo seu trabalho nas Escolas do Campo, um percentual de 19,84%. São 200 mulheres recebendo até R\$1.000,00, um percentual de 31%. Isso traduz o significado de que quase um terço (1/3) das mulheres recebiam aquém do salário mínimo nas Escolas do Campo e expõe a desvalorização do trabalho feminino. Ao mesmo tempo revela a realidade complexa de classe que atravessa a situação das mulheres participantes da pesquisa.

Outro fator que chama a atenção na questão dos rendimentos foi o fato de 128 mulheres declararem receber vencimentos de R\$1.000,00 (Hum mil reais), 101 mencionaram que recebiam ordenados de R\$2.000,00 (dois mil reais) e 73 explicaram ter recebido remuneração de R\$3.000,00 (três mil reais). Isso identifica que 67,56% dessas mulheres pesquisadas possuem um rendimento débil, que necessita ser complementado com o trabalho na agricultura e, além disso, elas efetuam todo o trabalho doméstico, os cuidados da casa e dos filhos, sem remuneração.

Isso traduz que dois terços (2/3) das trabalhadoras do campo recebiam salários pífios, como demonstração do desvalor dado ao trabalho das mulheres na agricultura e no setor público, já que, além de agricultoras, algumas mulheres também são egressas da Educação do Campo e trabalham nas escolas da rede pública.

Ainda em relação aos rendimentos, também é observável que apenas 9 mulheres, com um percentual de 1,40%, recebem acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e 49 mulheres (7,60%) recebem até R\$5.000,00. Isso identifica que apenas 9% (nove por cento) tinha renda até ou acima de cinco mil reais em 2020. Desse modo, fica evidente que 91% das docentes possuem renda abaixo de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Cabe destacar que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)ⁱⁱⁱ estimou que o salário mínimo necessário, em maio de 2020, deveria ser de R\$4.694,57 (quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e sete centavos), sendo o cálculo efetuado levando em consideração uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças. Isso demonstra que, em 2020, nas Escolas do Campo, apenas 9% (nove por cento) das mulheres recebiam o valor do salário mínimo necessário estipulado pelo DIEESE, para uma família de quatro pessoas: dois adultos e duas crianças.

Durante a pandemia, às mulheres foram legadas, pelo patriarcado, as funções de serem professoras, enfermeiras ou cuidadoras de pessoas doentes em casa, atuando na privacidade do lar, no trabalho doméstico não pago^{iv}.

A tabela abaixo revela diferentes atividades de trabalho desenvolvidas pelas mulheres, uma vez que elas responderam a essa pergunta de diferentes formas, já que a maior parte delas estão envolvidas com diferentes atividades e não apenas com um trabalho específico:

Tabela 07 – Atividades de trabalho das mulheres.

Trabalho assinalado pelas mulheres	Total
Apenas com agricultura	46
Agricultura e mais outros trabalhos	116
Todas as mulheres que trabalham com agricultura	162
Trabalho em casa e/ou cuidado dos filhos e/ou outros dependentes	31
Trabalho em casa e/ou cuidado dos filhos e/ou outros dependentes e tem outro trabalho	99
Todas as mulheres que tem trabalho em casa e/ou cuidado dos filhos e/ou outros dependentes	130
Mulheres que são estudantes bolsistas	36
Mulheres que trabalham nas Escolas do Campo	60

Fonte: Organização das autoras a partir dos dados empíricos coletados.

Na pesquisa efetuada com professoras e estudantes da Educação do Campo, foi constatado que, entre as mulheres, 130 declararam que além do trabalho docente, durante a pandemia da Covid-19, tinham o trabalho em casa, cuidados com os filhos e outros dependentes. É o trabalho doméstico, exercido por milhões de mulheres, o qual é depreciado, invisível, não valorizado e nem remunerado. Nota-se que grande parte das mulheres de fato trabalham em casa com atividades domésticas e de cuidados, articulando essas atividades a outros trabalhos remunerados, portanto, acumulando uma série de atividades, as quais aumentaram em grande parte durante a Pandemia.

Como ser diferente e questionar o trabalho doméstico não pago, em uma sociedade que impõe às mulheres como regra natural os cuidados da casa, dos filhos, dos doentes, dos idosos, como norma subjetiva e efetiva por milhares de anos?

Além disso, 162 mulheres afirmaram que trabalhavam também na agricultura. As difíceis tarefas de trabalhar na roça, na Escola do Campo, nos cuidados da casa e da família, também geraram dificuldades na saúde mental dessas mulheres. Muitas ficaram doentes, angustiadas, depressivas, com dificuldades de resolver os problemas que se apresentavam.

Ademais, foi constante o trabalho doméstico em casa: limpar as sacolas vindas dos supermercados, das farmácias, passar gel nas maçanetas das portas, lavar as roupas, os sapatos logo após chegar em casa, o medo constante da contaminação pela Covid-19, com as inúmeras mortes relatadas nos jornais e na televisão.

Pensando nessas mulheres com filhos pequenos para cuidar, além de roupa para lavar, sacolas e mais sacolas para higienizar, do supermercado, da fruteira, da farmácia, cuidar da horta, da higiene da casa. Além disso, preparar e dar aulas *online* ou impressas para entregar para os alunos, ir às casas dos estudantes ou tirar dúvidas via *WhatsApp*, corrigir os trabalhos, dar notas, fazer os cursos propostos pelos gestores estaduais. Enfim, essas educadoras nas Escolas do Campo foram gigantes em conseguir dar conta de todo o trabalho escolar, o trabalho na agricultura, assim como realizar o trabalho doméstico sem remuneração.

Impactos da pandemia para as mulheres na Educação do Campo

Em relação aos impactos da Pandemia na vida das mulheres, a pesquisa revelou uma sobrecarga causada pelo aumento do trabalho delas, uma vez que, como já visto neste artigo, houve um aumento significativo das tarefas de cuidado com os filhos e filhas que estiveram em tempo integral em casa. Nas tarefas de cuidado destaca-se aqui o auxílio que a mulheres que são mães tiveram que dar aos filhos e filhas com as atividades da escola, o que tomou bastante tempo de suas vidas.

De todas as mulheres que participaram da pesquisa, 240 informaram que conviveram com filhos ou crianças/adolescentes na mesma casa durante o período de isolamento social e testemunharam a realização de atividades escolares de maneira remota. Destas, 233 mulheres indicaram que foi necessário contribuir com o estudo e o desenvolvimento das atividades educativas em suas casas, sendo responsáveis pelo processo educativo dessas crianças/adolescentes. É importante destacar que as mulheres estudantes do curso de graduação (261 ao total) também realizaram seus estudos de maneira remota.

Quanto às formas e metodologias de estudo remoto, que foram indicadas por 274 participantes na pesquisa, foram ressaltados prioritariamente: a) celular, associado ou não a material impresso ou TV ou rádio (97 participantes); b) não estão acessando (21 participantes); c) computador, associado ou não a material impresso, celular, TV e rádio (65 participantes); d) somente material impresso (91 participantes). Esses dados revelam que o

acesso ao estudo foi precário e se apresentou com dificuldades, o que também afeta, em alguma medida, a saúde mental das mulheres durante a pandemia.

Conforme demonstra a tabela abaixo, embora 44,19% tenham afirmado ter acesso a redes sociais e todo tipo de arquivo por banda larga, o acesso à Internet ilimitado não é uma realidade para grande parte dos sujeitos do campo que responderam à pesquisa.

Tabela 08 – Acesso à Internet.

Alternativas Indicadas	Quantidade de Respostas
Acesso a redes sociais (Whatsapp, Facebook, YouTube etc.) somente por dados móveis do celular de forma LIMITADA	30,59%
Acesso a redes sociais (Whatsapp, Facebook, YouTube etc) somente por dados móveis do celular de forma ILIMITADA	7,79%
Acesso a redes sociais e todo tipo de arquivo (PDF, Word, Excel, Vídeo etc.) por banda larga	44,19%
Não tenho internet	3,12%
Outro	13,03%

Fonte: Organização das autoras a partir dos dados empíricos coletados.

Apesar de identificarmos que existem 44% de mulheres que possuem acesso à Internet por meio de banda larga, muitas delas acessam a rede pelo celular. Os dados indicam, portanto, que a escolarização de grande parte dos sujeitos do campo durante a pandemia se deu com acesso precário à Internet, tendo sido realizado em grande medida via celular e com auxílio da utilização de material impresso e atividades realizadas em casa, acompanhadas pelas famílias.

Na pesquisa qualitativa realizada como complementação da pesquisa quantitativa foi possível observar que a opção de manter as aulas de modo remoto foi importante pela necessidade de manter o vínculo dos estudantes com as escolas e universidades e, principalmente, pela necessidade de possibilitar para os povos do campo, das águas e das florestas o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, mantendo a função social da escola do campo. Contudo, as mulheres mães e estudantes da Educação do Campo, em sua maioria negras, sofreram um duplo desafio, na medida em que tiveram que enfrentar as próprias necessidades de se manter estudando com as condições limitadas de acesso e ainda apoiar os seus filhos e filhas nos estudos.

Na experiência cotidiana das autoras deste trabalho, nota-se, por exemplo, que a maior parte das pessoas que evadiram da Educação do Campo, seja nas escolas ou nas

universidades, são mulheres. Trata-se de um dado que precisa ser mais bem investigado, mas a realidade concreta observada tem apontado para essa direção. Por outro lado, a pesquisa qualitativa mostrou uma sólida relação de solidariedade entre professores e professoras e familiares e entre as comunidades, o que também se revelou significativamente entre as mulheres. Nas comunidades indígenas, ribeirinhas e nos assentamentos, observa-se uma série de buscas de estratégias coletivas para enfrentamento da pandemia.

No que se refere à utilidade de utilização da Internet, os dados revelam que, durante a pandemia, a Internet foi utilizada pelas mulheres principalmente para estudo (22%) e comunicação com familiares e amigos (21%). Também foi utilizada para busca de notícias e informações (17%), trabalho (13%) e lazer (13%). Com menor relevância, foi utilizada para compras (8%).

Complementando essas reflexões, no processo de aplicação do questionário, destacamos uma questão que buscava identificar quais dimensões da vida estavam sendo afetadas pelo isolamento social durante a pandemia de Covid-19. A tabela abaixo destaca as opções indicadas no questionário. Importante lembrar que essa era uma pergunta de múltipla escolha, e, nesse sentido, várias mulheres identificaram duas, três ou mais alternativas.

Tabela 09 – Dimensões afetadas pela pandemia de Covid-19.

Alternativas Indicadas	Quantidade de Mulheres
Estou cuidando de pessoas na minha casa	78
Estou estudando mais horas por dia	38
Estou insatisfeita por estar longe de familiares ou amigos/as	188
Estou insatisfeita por estar mais tempo ao lado da minha família	03
Estou me alimentando mal	15
Estou me alimentando melhor	26
Estou passando mais tempo nas redes sociais	122
Estou satisfeita por estar mais tempo ao lado da minha família	39
Estou sofrendo de ansiedade, depressão ou outros problemas emocionais	56
Estou sofrendo problemas de violência doméstica	01
Estou trabalhando mais horas por dia agora (presencialmente ou de forma remota/teletrabalho/à distância)	102
Não informou	05
Não mudou nada	18
Outro	13
Tenho que acompanhar as atividades escolares do/a(s) filho/a(s) ou outras crianças/jovens da residência	114

Fonte: Organização das autoras a partir dos dados empíricos coletados.

As alternativas mais indicadas foram: a) Estar insatisfeita por estar longe da família; b) Passar mais tempo nas redes sociais; c) Ter que acompanhar as atividades escolares de filhos ou outras crianças/adolescentes da casa; d) Trabalhar mais horas por dia, seja presencialmente ou de forma remota. Esses dados revelam novamente a sobrecarga de trabalho das mulheres associada a questões que afetam a saúde mental delas.

No total 39 mulheres consideram estar satisfeitas por passar mais tempo com a família e 38 mulheres indicaram que estudaram mais horas por dia. Uma mulher indicou sofrer violência doméstica durante o período pandêmico.

A investigação também perguntou de que forma a pandemia estava afetando o trabalho delas e a vida da família. Nesse caso, 16% afirmam que a renda da família diminuiu, 14% estavam recebendo o auxílio emergencial e 11% passaram a trabalhar de modo remoto.

Nota-se, portanto, que a pandemia afetou a vida das mulheres do campo das águas e das florestas, aumentando a carga delas de trabalho, sobretudo pelo aumento do trabalho de cuidado e pela dedicação aos estudos delas e dos filhos. O acesso precário à Internet para os estudos delas e dos filhos também foi algo que impactou em suas vidas.

Considerações finais

Diante dos dados gerais da investigação maior realizada em que se buscou compreender a situação dos povos do campo, das águas e das florestas durante a pandemia, este artigo visou realizar um recorte para enfatizar a situação específica das mulheres, pessoas negras e indígenas nesse contexto. Notou-se que há tendência de maior participação de mulheres, sendo muitas delas negras, em cursos de formação profissional vinculados à Educação do Campo, o que demonstra a importância dos cursos realizados em modelo de alternância para contemplar esses sujeitos.

Em relação aos impactos da pandemia na vida dessas mulheres, a pesquisa revelou uma sobrecarga causada pelo aumento do trabalho delas. Além de aumentarem a carga de trabalho cotidiano, houve aumento significativo das tarefas de cuidado com os filhos e filhas que estiveram em tempo integral em casa. Nesse sentido, foi possível destacar o auxílio que a mulheres que são mães tiveram que despender no processo de aprendizagem dos filhos que

permaneceram em casa com os estudos remotos. Algumas, ainda, cursando graduação ou trabalhando em escolas do campo.

Na perscrutação dos dados, ficou saliente o excesso de trabalhos efetuados pelas mulheres durante a pandemia, que atuaram como gigantes nas escolas do campo, na agricultura e no interminável trabalho doméstico não pago.

A investigação indicou ainda que a escolarização de grande parte dos sujeitos do campo durante a pandemia se deu com acesso precário à Internet, tendo sido realizada em grande medida via celular e com auxílio da utilização de material impresso e atividades realizadas em casa, acompanhadas pelas famílias. Desse modo, o retorno das aulas de modo remoto não apagou as contradições existentes, pelo contrário, revelou ainda mais as desigualdades sociais, educacionais, de gênero e raça que atingem a classe trabalhadora do campo.

A pesquisa também demonstrou os baixos rendimentos recebidos pela maioria exponencial das mulheres, o que indica a relevância de compreendermos a realidade social a partir do cruzamento das categorias de classe, raça e gênero e os seus desdobramentos nas desigualdades enfrentadas pelas mulheres. Ao mesmo tempo indica a relevância da Educação do Campo em incluir as mulheres, sobretudo as mulheres negras, na universidade, o que provavelmente se dá pela proposta metodológica da alternância que contribui com a organização prática da vida das mulheres que são mães, trabalhadoras e estudantes.

É importante destacar, por fim, que durante o processo de investigação, acabamos não estabelecendo uma pesquisa acerca da participação dessas mulheres em algum movimento social popular do campo, um dado que poderia contribuir com algumas análises a serem realizadas. No entanto, podemos tatear que pelo menos 300 mulheres podem estar envolvidas de alguma forma com organizações populares e lutas sociais no campo, tendo em vista o indicativo das identidades: agricultoras em áreas de Reforma Agrária, agricultoras familiares, integrantes de Comunidades de Fundo/Fecho de Pasto, Quilombolas, Indígenas, Pescadoras e Caiçaras.

Essa informação, apesar de imprecisa, indica que a grande maioria dessas mulheres que participaram da pesquisa esteve ou estarão em contato com as discussões do Feminismo Camponês e Popular, uma formulação em andamento de organizações populares do campo partícipes da Via Campesina, uma articulação de movimentos sociais camponeses, indígenas, quilombolas e pescadores em nível internacional – ou, ainda, com a especificidade do

Feminismo Negro Quilombola ou com o Feminismo Indígena. A práxis feminista dessas organizações sociais vem desvelando os vários indicadores relacionados à opressão de gênero – uma discussão que deve ser assumida pela Educação do Campo em sua transversalidade.

Referências

Garcia, A. K. O. (2022). Interseccionalidade ou consubstancialidade: faz diferença para pensar a diferença? *Revista Novos Rumos Sociológicos*, 10(18), 103-129.

Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244.

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.

Medeiros, J. W. M. (2019). “A Flor de Jacinto”: e quando o/a Professor/a é gênero não binário? *Gênero*, 19(2), 93-111.

Ribeiro, A. F. M., & Vieira, A. M. D. P (2023). O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). *Revista IberoAmericana de Estudos em Educação*, 18(00), e023100.

ⁱ Para maior conhecimento e detalhamento da pesquisa interinstitucional denominada “Educação e Escolas do campo em tempos de pandemia de COVID-19”, consultar o texto inicial deste dossiê, intitulado “Educação e escola em tempos da Covid-19: desafios na construção da Pesquisa em Rede”.

ⁱⁱ Informação obtida em: ISA. **Povos Indígenas no Brasil: Xetá**. Online: ISA-PIB Socioambiental, 2023. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xet%C3%A1> Acesso em dezembro de 2023.

ⁱⁱⁱ Disponível em: <https://sp.cut.org.br/noticias/diesse-salario-minimo-necessario-em-abril-de-2023-deveria-ter-sido-r-6-676-11-2a7c>. Acesso em: 17 jan. 2024.

^{iv} Quanto a professores não binários/as, estes travam a luta da resistência, muitas vezes vilipendiados/as pela ordem de um discurso heteronormativo inquisidor, que oblitera o corpo diferente, nega a subjetividade divergente e busca (re)enquadrar a pessoa nos padrões instituídos pelo binarismo. A indolência do Estado/escola ao docente não binário tende a instaurar um jogo de degenerescência opressora que encurrala o sujeito na própria condição existencial (Medeiros, 2019, p. 94).

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 20/01/2024
Aprovado em: 29/05/2024
Publicado em: 23/08/2024

Received on January 20th, 2024
Accepted on May 29th, 2024
Published on August, 23th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Batista, A. F., Chermem, C. O., & Gehlen, M. E. (2024). *Mulheres, raça, trabalho e Educação do Campo durante a pandemia de Covid-19. Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e18525.

ABNT

BATISTA, A. F.; CHERFEM, C. O.; GEHLEN, M. E. *Mulheres, raça, trabalho e Educação do Campo durante a pandemia de Covid-19. Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 9, e18525, 2024.